

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 761.326 - SC
(2015/0199827-1)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AGRAVADO : ÂNGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU
AGRAVADO : OLIVIO ROCHA
ADVOGADO : MAURICIO PONTUAL MACHADO NETO E OUTRO(S) - SC023033
INTERES. : MUNICIPIO DE FLORIANOPOLIS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS EM FUNDO ADMINISTRADO POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PRIVADA, QUE VEIO A SER DEPOIS LIQUIDADA. AUSÊNCIA DE DOLO OU CULPA DOS GESTORES PÚBLICOS AFIRMADA PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE DE SE REVISAR TAL PREMISSE NA ESTREITA ÓRBITA DO ESPECIAL APELO. SÚMULA 7/STJ.

1. Caso em que, de acordo com o acórdão recorrido, "*o escopo da atuação dos réus era o de alcançar maior rentabilidade aos recursos públicos e pelo cenário que os envolvia, bem como a todo o mercado, não tinham como supor ou imaginar os destinos cinzentos que aguardavam [a] instituição financeira*" (fl. 984). Noutras palavras, segundo o arcabouço fático descrito pelo acórdão recorrido, não se evidenciou culpa ou dolo na conduta dos agentes públicos recorridos, no que direcionaram a aplicação de recursos públicos em fundo de investimento operado por instituição financeira privada, a qual veio de ser posteriormente liquidada.

2. Em tal contexto, a alteração das premissas assim adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme a Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Regina Helena Costa, Gurgel de Faria (Presidente), Napoleão

Superior Tribunal de Justiça

Nunes Maia Filho e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

